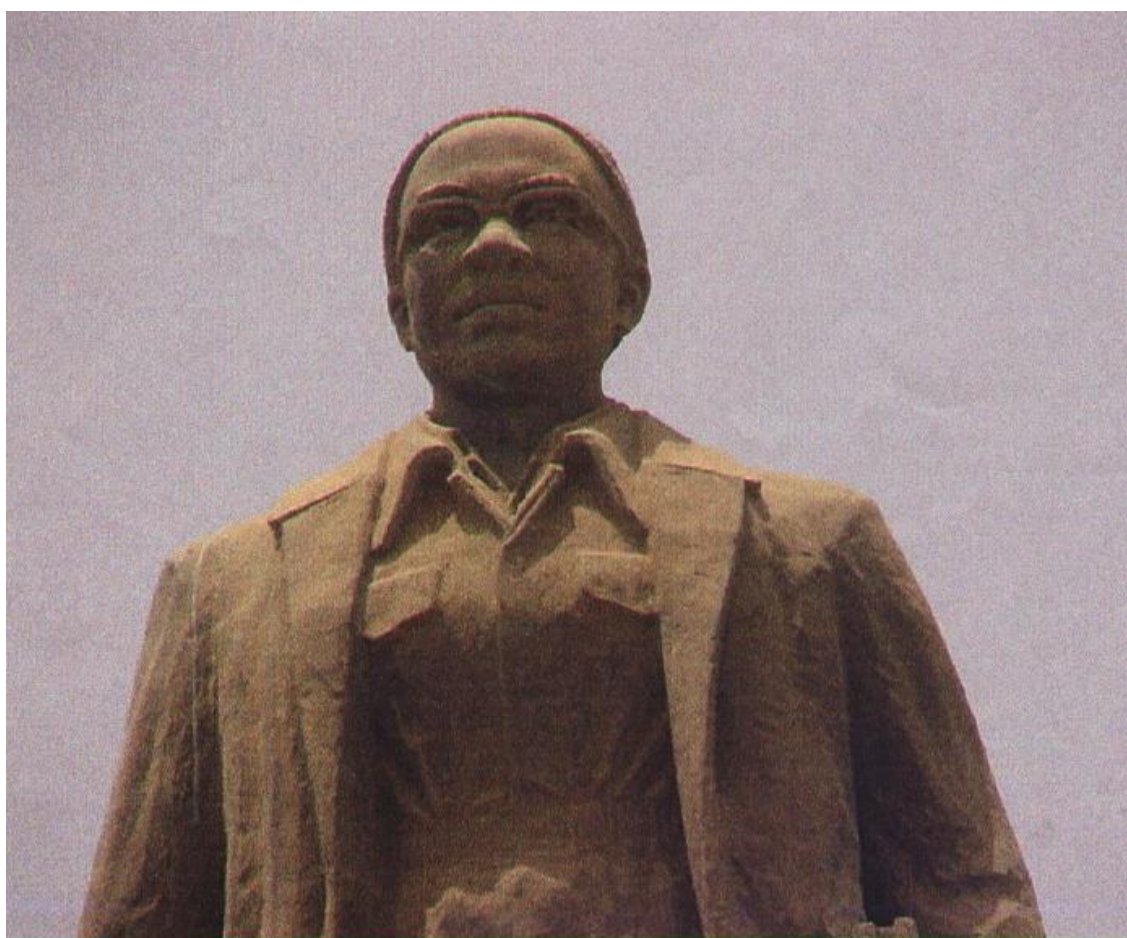


**ALBERTO LOPES SANCHES**

**O VALOR PATRIMONIAL DO MONUMENTO DEDICADO A  
CABRAL NA CIDADE DA PRAIA CABO VERDE**



**LICENCIATURA EM ENSINO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO SUPERIOR DA EDUCAÇÃO  
Praia, Setembro de 2005**

**AUTOR**

**ALBERTO LOPES SANCHES**

**O VALOR PATRIMONIAL DO MONUMENTO DEDICADO A  
CABRAL NA CIDADE DA PRAIA CABO VERDE**

**TRABALHO CIENTÍFICO APRESENTADO NO ISE PARA  
OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA EM ENSINO DE  
HISTÓRIA, SOB ORIENTAÇÃO DO DR. LOURENÇO GOMES**

# **INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

## **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**

### **Trabalho Científico apresentado ao ISE para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História.**

Elaborado por Alberto Lopes Sanches, aprovado pelos membros do Júri, foi homologado pelo Conselho Científico – Pedagógico, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História.

#### **O JÚRI**

-----  
-----  
-----

Praia-----/-----/-----

Este trabalho é dedicado à minha família, e em especial a minha mãe que muito contribuiu para que pudesse chegar aonde consegui chegar.

A todos os meus colegas de estudos que directa ou indirectamente deram os seus contributos

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que de uma forma ou de outra, contribuíram para a feitura deste trabalho.

Um apreço especial vai para o meu Orientador Dr. Lourenço Gomes, que respondeu prontamente e com todo o prazer as minhas solicitações e me deu uma excelente orientação para que esse trabalho saísse da melhor forma.

Ao Departamento de História e Filosofia.

Aos professores do Instituto Superior de Educação pela capacidade demonstrada ao longo destes cinco anos.

A todos, muito obrigado

# Índice

Introdução-----	6
Capítulo I-----	8
O estado actual dos conhecimentos sobre a noção de património e a experiência patrimonial em Cabo Verde-----	8
1.Conceito do património-----	8
2.Breve síntese da legislação sobre o património histórico-cultural em Cabo Verde-----	12
3.Actividades de preservação e defesa do património histórico-cultural nacional -----	15
Capítulo II -----	17
Enquadramento espacial, apresentação e análise do monumento-----	17
1. A Cidade da Praia como espaço de implantação do Memorial: Contexto geográfico e Histórico-----	17
2. Apresentação descrição e análise simbólico – formal da obra.-----	20
2.1. Localização -----	20
2.2. Descrição iconográfica-----	22
2.3. Análise simbólico-formal da obra -----	24
3.O memorial e o legado histórico-cultural de Cabral -----	27
Capítulo III-----	36
Reflexão crítica sobre o valor patrimonial da obra e do legado que representa -----	33
Conclusão -----	38
Bibliografia -----	41
Anexos -----	44

## Introdução

O trabalho aqui apresentado, sobre: «**O valor patrimonial do monumento dedicado a Cabral na Cidade da Praia – Cabo Verde**», enquanto estudo sobre uma obra do património artístico, tem como contexto circunstâncias históricas concretas. Tem como objectivo promover bens patrimoniais, através dos quais se pode celebrar personalidades, e ao mesmo tempo promover a cidade onde se insere como património histórico no conjunto dos outros bens patrimoniais existentes e vistos como um todo. Em termos mais específicos enquadrar o objecto de estudo numa análise que envolve o estado actual dos conhecimentos sobre essas matérias; interpretar o monumento enquanto obra escultórica por excelência realçando não só o seu valor estético mas também aquilo que representa em termos de legado histórico de Amílcar Cabral; e, reflectir sobre o valor patrimonial da obra e do legado que simboliza.

A escolha deste Tema deve – se, por um lado, ao facto de tentar descortinar aquilo que esta estátua nos relata, aliás promover um diálogo entre nós e a obra em apreço através duma leitura atenta e baseada nos conhecimentos obtidos, contribuindo assim, quer directa ou indirectamente para conhecer melhor e dar a conhecer a figura de Cabral, particularmente os mais jovens e todos aqueles que por um motivo ou outro pouco se ouve falar deste homem ou mesmo aqueles que não têm a consciência do grande valor que ele carrega consigo, por ser um grande protagonista da nossa História recente e aqueles que interessam pela história de Cabo Verde e de Cabral em particular (caso concreto dos turistas).

Para a feitura de qualquer trabalho sobretudo de cariz científico é imprescindível a adopção de uma metodologia adequada. Por este motivo nós, no nosso caso específico recorreremos à pesquisa documental onde socorremos de trabalhos já produzidos sobre Cabral, jornais entre outra. Uma outra metodologia a que recorreremos foi o trabalho de campo que se consubstanciou em inquérito, para apurarmos o valor patrimonial da obra em estudo, na óptica de individualidades ligadas às questões de património ou com sensibilidades para essas matérias. O inquérito foi complementado com entrevistas que permitiram cruzamentos importantes e constatações que permitiram aferir-se da validade do monumento, enquanto bem patrimonial de interesse público. Por último, uma referência à metodologia que consistiu na recolha de imagens, a partir das quais, pudemos apresentas as análises pertinentes.

Do ponto de vista da problematização do nosso objecto de estudo verificamos que muitos trabalhos de âmbito teórico analisam este tipo de realizações humanas, evidenciando a relação

entre personalidades homenageadas e um determinado percurso histórico localizado no tempo e no espaço. É nesta medida que autores como UPJHON, por exemplo, e outros pesquisadores da História da Arte procuram evidenciar como a representação de individualidades podem ser interpretadas quer do ponto de vista estético, direccionada a análise para a leitura iconográfica simbólica e formal da obra em causa, quer do ponto de vista da sua simbologia em termos de associação a um determinado momento histórico.

Igualmente levamos em consideração o tratamento de conceitos pertinentes como foi o caso da noção de património, tendo em conta os vários prismas de definição deste conceito.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo vamos falar sobre o estado actual dos conhecimentos sobre a noção de património e a experiência patrimonial em Cabo Verde. No segundo capítulo debruçamos sobre o enquadramento espacial, apresentação e análise do monumento. E no terceiro e último capítulo o espaço é reservado para uma reflexão crítica sobre o valor patrimonial da obra e do legado que representa.

Para uma melhor compreensão dos contextos de aparecimento deste tipo de obra de arte com valor patrimonial, será necessária uma confrontação com correntes estéticas mais próximas dos estilos do nosso tempo, a fim de se apurar prováveis influências na forma de representação de personalidades, quer do ponto de vista iconográfico, expressivo e formal, tal como recomenda, entre outros autores, UPJHON no volume introdutório à obra colectiva, História Mundial da Arte, composta por vários tomos, quer partindo-se de outra perspectiva de análise, defendida por autores.

Para além do valor simbólico do memorial Amilcar Cabral, traduzido na grandeza do pensamento e acção de Cabral, que será abordado no trabalho a ser elaborado, enfatizar-se-á a necessidade do aproveitamento deste tipo de monumento, inserido num contexto onde entram também outros bens patrimoniais do sítio histórico da sua implantação numa óptica de divulgação da História e da cultura com a devida inserção na história recente de Cabo Verde.



## Capítulo I

### **O estado actual dos conhecimentos sobre a noção de património e a experiência patrimonial em Cabo Verde**

Neste capítulo abordaremos em primeiro lugar o conceito de património, seguindo-se uma breve síntese da legislação sobre o património histórico-cultural em Cabo Verde. Encerramos o capítulo com a apresentação das principais realizações nacionais que configuram a experiência patrimonial em Cabo Verde.

#### ***1. Conceito de Património***

O conceito de Património é definido num artigo publicado na Grande Enciclopédia Brasileira Volume XX, página 630, como qualquer espécie de bens materiais ou morais pertencentes a alguém ou alguma instituição ou colectividade. Vai contudo o autor alertando que *«este vocábulo deriva do latim «Patrimonium» não tem sido sempre rigorosamente interpretado já que uns o consideram equivalente a um grupo de bens e direitos pecuniários mais ou menos extenso, outros consideram a palavra Património como estando normalmente associado a noção tradicional de monumento»*.<sup>1</sup> São os próprios estudiosos na matéria que vão chamar atenção para a subjectividade da terminologia aqui sustentada.

---

<sup>1</sup> Efectivamente temos a consciência de que o valor semântico da palavra Património poderá ser entendido à luz deste trabalho como estando associado à ideia tradicional de monumento porque a nossa intenção é interpretar o Memorial Amílcar

Há no entanto autores que, ao procurarem demonstrar a abrangência deste conceito referem a exemplos tais como: espólio dos museus, chafarizes, bens de cariz etnográficos como candeeiros e móveis antigos que de facto, são bens materiais mas também danças, cantares do povo, particularidades linguísticas etc. que são bens imateriais.

É aqui que reportamos ao pesquisador Lopes Filho que vai explicitar vários conceitos associados à ideia de Património Cultural para mostrar todo o conjunto de elementos que vão englobar o conceito mais geral de Património, mais rigorosamente, Património Cultural<sup>2</sup>.

O autor em referência alista por alíneas esses elementos culturais de seguinte forma:

- a) *Monumentos* definindo-os como obras arquitectónicas, de escultura ou pintura monumentais, de carácter religioso ou secular, grutas e abrigos, bem como elementos ou estruturas de especial valor nos domínios arqueológico, histórico, etnológico, artístico ou científico;
- b) *Conjuntos históricos ou tradicionais* identificados como agrupamento de construções e de espaços que documentem núcleos de fixação humana, quer em meios urbanos ou rurais, de reconhecida coesão e valor nos domínios arqueológico, arquitectónico, histórico ou sócio – cultural e ainda conjuntos de objectos que estejam soterrados ou submerso e/ ou forem encontrados em lugares de interesse arqueológico e/ ou histórico;
- c) *Sítios* tidos como obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, com especial valor em função da sua qualidade estética ou interesse nos domínios da Arqueologia, da Historia e da Antropologia;
- d) *Habitacões* entendidas como construções, com significado cultural, que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou evolução da técnica, neles incluindo o que encontrar no interior das casas ou que delas tenha sido retirado ou recuperado;
- e) *Obras de arte* que abrangem a área pictórica, escultural, desenhos (artístico, monumental ou decorativo), têxteis, instrumentos musicais, utensilagem usada no passado ou no presente) com valor artístico, arquitectónica, etnológico, histórico, científico, técnico e documental;

---

Cabral enquanto Património artístico, quer sob ponto de vista do valor da apreciação do valor da estátua, quer na perspectiva de análise da sua base que constitui uma edificação passível de ser enquadrada como Património artístico construído. Todavia convém ressaltar que não nos escapa a noção de Património Cultural como conceito abrangente e onde se integra o conceito de Património ligado à ideia tradicional de Monumento.

<sup>2</sup> Ver LOPES FILHO, João. **Defesa do Património sócio – cultural de Cabo Verde**. Lisboa. 1986, PP. 161-164.

- f) *Arquivos e bibliotecas* que vão desde manuscritos valiosos, livros, impressos raros (nomeadamente os incunábulos), documentos e publicações de interesse especial (designadamente histórico, artístico, científico e literário), até as espécies fotográficas, cinematográficas, registos sonoros e outros;
- g) *Bens culturais* – englobam todos os elementos de natureza religiosa ou profana, considerados de interesse para a História, Antropologia, Literatura, Arte e Ciência.

Um outro autor que se tem debruçado sobre a questão do conceito de património é Eduardo Jorge Esperança<sup>3</sup>.

Segundo este pesquisador, sendo o património uma expressão antiga, percebe-se que tenha vindo pela história, a assumir sentidos diferentes no tempo, para lá da complexidade de matrizes que hoje congrega.

«Patrimónium» no dizer de Esperança refere-se a um termo romano, dizia respeito a legitimidade familiar envolvida na herança em particular sobre os seus direitos e propriedades. A expressão define, na origem, a relação particular entre o grupo, juridicamente definido e os bens materiais concretos que se agrupam sob o nome de património.

De certo modo, sustenta o autor, a relação primordial é sempre uma relação de posse, concretizada na propriedade de objectos materiais e imateriais, que hoje mais se actualiza no que essa relação tem de simbólico e transcendente. Esta nova dimensão do termo não tem mais de duzentos anos e só recentemente se difundiu até em termos semânticos, por todo o tipo de campo que dela se apropriam: património cultural, património ecológico, património genético.

Segundo Esperança 1997: p. 70, a origem da expressão património se formou em França no seio de circunstâncias bem dramáticas pós-revolução. Todo o tipo de degradação e profanações iconoclastas de grupos de gente animada de furor libertário, vieram dar origem ao emprego pela primeira vez da expressão vandalismo pelo abade Greogore, que denunciava como contra-revolucionários tais atentados contra a integridade do património.

É assim que o sentido da expressão que envolve os bens fundamentais inalienáveis da comunidade se estende às obras de arte, tanto pelos valores tradicionais que estas transportam, como e especialmente por esta nova ideia de bem comum de riqueza moral e aglutinante de toda a nação.

---

<sup>3</sup> Na sua obra intitulada: «Património e Comunicação: políticas e práticas culturais editada em 1997» mostra os vários sentidos que vem através da História, assumindo este conceito até aos nossos dias e que entendemos ter interesse incluir nesta parte do nosso trabalho.

Vistos os vários sentidos que através da História vem assumindo este conceito que, também se ligam às várias concepções associadas à ideia de Património Cultural apresentadas por Lopes Filho, confrontamos de seguida a teoria com a linha de identificação de vários elementos que formam aquilo que é entendido por Património Cultural na legislação cabo-verdiana, nomeadamente na Lei nº 102/ III/ 90, p.p. 13-14. Esta provavelmente inspira-se no autor atrás referido, e seguramente muitos apresentam o Património Cultural constituído por um conjunto de bens materiais e imateriais que pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação de identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana através do tempo, e que são: património documental, bens materiais, bens imateriais, bens moveis, bens imóveis, bens imóveis por desactivação, monumentos históricos e sítios históricos: conjuntos arquitectónicos, objecto de arte, campo de visibilidade, a classificação e a desclassificação.

No caso concreto do Memorial Amílcar Cabral podemos considerá-lo, segundo os conceitos atrás analisados como um bem material, neste caso, um imóvel com valor histórico e artístico e sobretudo pelo que simboliza em termos de conhecimento da vida e obra de Cabral e da luta pela independência nacional.

Assim, a nosso ver, faz parte do património cultural cabo-verdiano e é um monumento por ser uma composição importante ou criação ainda que modesta, mas notável, pelo interesse histórico, artístico científico técnico social. Assume-se pois como uma obra de escultura monumental impregnada de elementos iconográficos e simbólicos dados a perceber pela sua imponência e monumentalidade que reportam à vida e obra de Cabral, que teremos a oportunidade de analisar ao longo deste trabalho.

## ***2. Breve síntese da legislação sobre o património histórico-cultural em Cabo Verde***

Relativamente a este ponto temos a referir que em primeiro lugar que já no Governo de transição para a independência de Cabo Verde a lei nº 13/74, de 17 de Dezembro criava o Ministério da Educação e Cultura, no quadro das preocupações do governo provisório em criar algumas leis que dissessem respeito à cultura. O governo de então apoiado na consciência de que a cultura é um dos pilares fundamentais na identificação e reconhecimento de um povo, particularmente o nosso que durante muito tempo tinha estado a conhecer a dor do menosprezo e submissão das autoridades coloniais, resolveu através do decreto-lei nº 45/75 de 24 de Maio criar uma Comissão de Investigação e Divulgação Cultural (art. 1º), onde a preocupação de fundo era:

- Inventariar o Património Cultural de Cabo Verde;
- Orientar toda a actividade cultural e artística do Estado de modo a enquadrá-la na situação histórica actual liberando – a de todas alienantes e inserindo – a como parte actuante, na cultura universal;
- Lançar as bases para um intercâmbio cultural com todos os povos do mundo, em especial da Guiné – Bissau, das antigas colónias portuguesas, Portugal, e países africanos de uma maneira geral (Art. 2º).

A Portaria nº 45/75, de 7 de Junho do Ministério da Educação e Cultura, no seu Art. 1º define a atribuição de Comissão de Investigação e Divulgação Cultural, criava Delegações da mesma e indicava a sua composição.

Tinha esta comissão por atribuição a investigação e divulgação nos domínios da Literatura oral e escrita, costumes e tradições, estudo do crioulo, Música, Arte e Arquitectura regionais, História de Cabo Verde, Cinema e Teatro.

Já no período posterior a independência, na Primeira República, transferiu – se o Ministério da Educação e Cultura para o Ministério da Informação Cultural e Desportos pela Portaria nº 45/86 já com o alargamento dos valores culturais e artísticos do nosso povo e a promessa de desenvolver a criatividade e promover estas iniciativas e acções e por conseguinte moraliza – las com valiosos prémios, nomeadamente prémio «Claridade», prémio «Jorge Barbosa», prémio «Pedro Cardoso», Prémio «Eugénio Tavares», prémio «B. Leza», prémio «Jaime Figueiredo» e prémio «Fonte Lima», respectivamente, com o propósito de elogiar e valorizar as obras e acções no domínio da literatura, teatro, música, pintura, escultura e artesanato (Artigo 1º).

O Decreto – Lei nº 99 – A/90, de 27 de Outubro cria o Instituto Nacional da Cultura (INAC), que tem por objectivo promover a defesa e a consolidação da identidade cultural nacional, a preservação, valorização e a divulgação do património histórico e cultural de Cabo Verde, dinamizando e desenvolvendo actividades culturais fomentando e apoiando todas as manifestações do povo cabo-verdiano (Artigo 1º).

O Decreto – Lei nº 101 – c/ 90, de 23 de Novembro cria o Ministério de Informação, Cultura e Desportos um serviço designado de Direcção Geral dos Assuntos Culturais, que tem como objectivo fornecer ao Ministério elementos necessários à definição das directrizes para a protecção e enriquecimento do património cultural do país.

A Lei nº 102/III/90, de 29 de Dezembro consagra que a realização de pesquisas ou sondagens que tenham por finalidade a descoberta de monumentos ou objectos podendo interessar a história ou a arte arqueológica, está sujeita a autorização do Conselho de Ministério sob proposta do membro do Governo responsável pela cultura (Art. 53º).

Considera que os achados de carácter imobiliário e mobiliário são imediatamente conservados e declarados ao serviço do património cultural, podendo – se desde logo adoptar medidas definitivas de conservação (Art.54º, nº4).

Na segunda República, isto é a partir de 1991 foram produzidas várias legislações sobre o património cultural. O Decreto – Lei nº 3/92, de 6 de Julho, em matéria de Turismo Cultural, declara que Les Etats Membres et la Communauté établissent une législation en matière de protection de patrimoine culturel réglementant le trafic des biens culturels originaires d'un Etat Membre<sup>4</sup> à un autre, et d'un membre vers un Etat non membre (Art.14º). Nesta legislação defende-se não devemos esquecer que o turismo é uma das principais formas de expansão de qualquer país, particularmente do ponto de vista cultural.

No Despacho do Ministério da Cultura e Comunicação de 26 de Julho de 1993, o Governo decidiu erigir um monumento nacional em homenagem a Amílcar Cabral.

Inicialmente a ideia era erguer este monumento no ilhéu Santa Maria, *«que permitirá a observação do memorial por qualquer visitante que chegue a Praia, tanto de barco como de avião e, inclusive desde as diversas zonas do litoral onde está situada a capital»*<sup>5</sup>.

O Ministério responsável pela obra pretendia construir uma ponte de pedras em forma de arco partindo do velho cais de pesca.

---

<sup>4</sup> Etats membres refere-se aqui aos países que fazem parte da CEDEAO.

<sup>5</sup> - FORTES, Teresa. **Técnicos iniciam trabalhos para monumento a Cabral**. in « A Semana» segunda-feira, 23 de Maio de 1994, pp. 13.

O Decreto – Lei nº 97/97, de 31 de Dezembro cria junto do gabinete do secretário de Estado da Cultura, o Gabinete de Salvaguarda do Património, abreviadamente designado G.E. P, que tem por função apoiar secretário de Estado da Cultura na coordenação, fiscalização e execução da política do Governo respeitante à salvaguarda do Património cultural mobiliário e imobiliário (Art. 1º).

O Decreto – Lei nº 53/99 de 23 de Agosto aprova o orgânico do Ministério da Cultura (MC) com os seguintes objectivos:

Promover a investigação, a identificação dos valores culturais do povo cabo-verdiano;

Preservar, defender e valorizar o património histórico – cultural (Art. 1º).

O Decreto nº 7/2002, de 20 de Dezembro aprova o protocolo de cooperação nos domínios da Educação e da Cultura entre a República de Cabo Verde e a República de Angola (Art. 2º).

No que tange ao Património e Promoção Cultural estabeleceu – se os seguintes acordos:

- Concertar esforços para musealização do Ex – Campo de Concentração do Tarrafal;
- Trocar informações e experiências no âmbito de recuperação de zonas, sítios, monumentos históricos;
- Promover parcerias entre instituições arquivísticas dos dois países e ampliar fontes de financiamento de programas/ projectos que dizem respeito á conservação, promoção e defesa do património histórico – arquivístico.
- Finalmente temos o Decreto – Lei n.º 2/2003, de 24 de Fevereiro, aprova diploma orgânico do Ministério da Cultura e Desportos (M.C. D) com as seguintes atribuições (Art. 2º):
  - a) Promover a investigação, a identificação e a inventariação dos valores culturais do povo cabo – verdiano;
  - b) Preservar, defender e valorizar o património histórico – cultural;
  - c) Estimular e proteger a criação cultural;
  - d) Promover a divulgação da cultura cabo-verdiana no estrangeiro, particularmente no seio das comunidades cabo-verdianas, em colaboração com o ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades.

Em relação ainda a este Decreto o Ministro defendia que *«a cultura precisa ter pés para andar, não pode ficar sempre de mão estendida, tem que tornar auto – sustentável e sustentar a economia de Cabo Verde»*<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> CARDOSO, Pedro – **Kriolidade: A cultura precisa ter pés para andar. 2005.** p. 3

### ***3. Actividades de preservação e defesa do património histórico-cultural nacional***

Para desenvolvermos este ponto recorremos a entrevistas efectuadas com técnicos da área de património, com base em guião próprio<sup>7</sup>. Nessas entrevistas foram caracterizadas em termos gerais as actividades do Instituto de Investigação e do Património Cultural (IIPC) em Cabo Verde, que segundo os mesmos, de um modo geral, têm a ver com a identificação, inventariação, recolha, preservação, protecção e divulgação do património material e imaterial das ilhas de Cabo Verde. Conforme esses entrevistados, o IIPC tem ainda por missão desenvolver pesquisas nos domínios das ciências sociais para um maior e melhor conhecimento da nossa cultura. Porém, asseguram os nossos interlocutores, que, tanto ontem como hoje o IIPC tem tido dificuldade em responder de forma satisfatória a todas as demandas, devido a escassez de recursos humanos, financeiros, etc. Pudemos ainda apurar na entrevista efectuada que as áreas de maior intervenção do IIPC são as que têm a ver com a salvaguarda e preservação do património material e imaterial (recolha e preservação da nossa memória colectiva/ tradições orais).

Para complementar as informações recolhidas através de entrevista recorremos a alguns documentos produzidos no IIPC, os quais ilustramos ainda mais a ideia de promoção do património num documento que encontramos no Instituto de Investigação e Património Cultural na Cidade da Praia onde pudemos constatar algumas das acções que se traduzem na intervenção a nível de várias componentes, algumas das quais inerentes ao património, que se centram em:

- a) *Melhoria da infra-estrutura/património;*
- b) Sua adequação às actividades nela centradas. Neste caso pode-se referir às possibilidades de no próprio Mausoléu realizar-se:
  - Exposições ligadas à vida e obra de Amílcar Cabral;
  - Exposições relacionadas com o fenómeno da resistência em Cabo Verde e no mundo;
  - Exposições sobre a evolução histórica recente de Cabo Verde;
  - Exposições sobre aspectos paisagísticos da nossa terra;
  - Exposições ligadas aos aspectos da nossa cultura;
  - Poder-se-á também neste âmbito instalar-se um centro de documentação com temas relacionados com o conteúdo das exposições.

---

<sup>7</sup> Ver guião de entrevista aplicada junto de técnicos do IIPC colocado como anexo n.º 2



- c) *Apoio logístico* que inclui: a recolha e sistematização da documentação em torno da qual se associam as temáticas já mencionadas e assistência técnica especializada dirigida a todos os elementos que constituem o núcleo patrimonial local, incluindo o próprio Mausoléu.

## Capítulo II

### Enquadramento espacial, apresentação e análise do monumento

No presente capítulo partiremos do geral para o particular, analisando em primeiro lugar o contexto espacial de implantação do monumento onde evidenciamos uma resenha histórica da cidade que o acolheu.

#### *1. A Cidade da Praia como espaço de implantação do memorial: contexto geográfico e histórico*

Antes de mais há a salientar que a Cidade da Praia faz parte da ilha de Santiago que por sua vez encontra inserida no arquipélago de Cabo Verde. Este, de acordo com Francisco Xavier Faria<sup>8</sup>, situa-se no Oceano Atlântico a cerca de 455 km da Costa Ocidental Africana e do Cabo que deu nome a antiga Província Portuguesa.

Reportando-se ao caso particular da cidade da Praia, Santa Rita Vieira<sup>9</sup> escreve na sua Obra, História da Medicina em Cabo Verde, que o sítio onde formou o povoado da Praia localiza-se no litoral SE da ilha onde se insere. Ainda de acordo com aquele investigador, circunscrevia-se a um pequeno planalto ladeado pelos vales de Fonte Ana e da Praia Negra. É banhada por uma espaçosa baía, onde sobressai o ilhéu de Santa Maria.

---

<sup>8</sup>FARIA, Francisco Xavier. **Os Solos da Ilha de Santiago**. Lisboa. Tipografia Imprimarte. 1970, p. 21

<sup>9</sup> VIEIRA Santa Rita. **História da Medicina em Cabo Verde**. ICL. 1989, p. 32

Não é conhecida a data exacta que marca a origem do povoado da Praia. Sabe-se contudo que o seu povoamento é posterior ao crescimento da Ribeira Grande e Alcatraz<sup>10</sup>.

As referências mais antigas que se dispõe do povoado da Praia remonta à Segunda década do século XVI, altura em que conforme escreve Ilídio Baleno<sup>11</sup>, em consequência do declínio da Vila de Alcatraz, operando-se a transferência da Câmara desta para a Praia. Santa Rita Vieira acrescenta, que a então sede de capitania norte que sedava-se anteriormente em Alcatraz, passou a designar-se, Vila da Praia de Santa Maria da Esperança.

A sua evolução até a formação de cidade, terá sido lenta, a julgar-se pelo ponto de partida do aglomerado populacional a que se chamou Vila. Pois, “*ascendeu automaticamente a categoria de Vila mantendo a fisionomia de aldeia*”<sup>12</sup>.

Esta ideia é também defendida por Ilídio Baleno para quem apesar de tudo, Praia contava com bom Porto e por isso possuía condições para o incremento do comércio e desenvolvimento da Vila ao longo do século XVI.

Não obstante as condições do desenvolvimento da vila da Praia atrás apontadas, esta manteve ainda durante algum tempo, um papel secundário do contexto da ilha de Santiago, porque a freguesia que abarcava a povoação da Praia (Nossa Senhora da Graça) não se figura por volta de 1572 entre aquelas que tinham o maior número de fogos conforme se pode ver no quadro a seguir indicado.

**Quadro I – Freguesias existentes no interior de Santiago por volta de 1572 com os respectivos números de fogos e habitantes.**

Freguesia	Fogos	Habitantes
Santo Amaro de Tarrafal	40	400
São Nicolau Tolentino	143	-
Santiago	225	-
Nossa Senhora da Graça*	30	477
Santa Catarina do Mato	360	-
São João	80	795
São Miguel	50	360
Nossa Senhora da Luz	30	207
São Jorge dos Órgãos	10	-

\* Freguesia que abrange a cidade da Praia

Fonte: Retirado de Baleno, *História Geral de Cabo Verde Vol. I* p. 141

<sup>10</sup> Ver *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, p. 134-140 de vários autores. Os mesmos escrevem que foi instalado na Ribeira Grande, actual Cidade Velha, a primeira sede Administrativa e Eclesiástica e que em finais de quatrocentos apareceu Alcatraz ao lado da Ribeira Grande, com estatuto de Vila, pois contava com uma Câmara.

<sup>11</sup> BALENO, Ilídio. **Povoamento e formação de sociedade**, in Albuquerque Luís de e Santos Maria Emília M. *História Geral de Cabo Verde volume Lisboa/Praia*. Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção Geral do Património-Cabo Verde. 1991. p. 140.

<sup>12</sup> AMARAL, Ilídio do **Santiago de Cabo Verde, a terra e os homens**. Lisboa. Tipografia Minerva, 1964, p. 328

Na sequência do acelerar da decadência da Ribeira Grande, núcleo principal da capitania do Sul e Sede Administrativa e Eclesiástica do arquipélago, a capital da Província veria a ser transferida para a Praia em 1712. A decisão terá sido tomada um século antes o que provocou na altura a deslocação da população e toda a sua dinâmica sócio-económica para esse povoado. Mas, o Governador, o Bispo e demais autoridades, continuaram a residir na Antiga Capital até a data acima referida conforme escreve. Ilídio do Amaral<sup>13</sup>

Entre 1747 e 1821 era já visível na Vila da Praia o esforço das autoridades em mudar a sua fisionomia. “ *a Vila que pode por fim com decoro usar este nome, conta hoje com 150 casas e 2.000 habitantes* ”<sup>14</sup>.

Segundo Amaral, havia por volta de 1821, a casa do Governador, Hospital Militar junto ao da Misericórdia, uma igrejinha, um jardim e casa da pólvora.

Pelas descrições feitas desses edifícios pelo autor acima indicado, nota-se que os mesmos encontravam em completa degradação.

Em 1858 através do decreto de 29 de Abril do mesmo ano<sup>15</sup>, era a Praia elevada à categoria de cidade 32 anos após essa solicitação.

Vários autores são da opinião, que terá contribuído para essa decisão o impulso dado à Vila pelo Governador João da Mata Chapeuset entre 1822 e 1826, que mandou alinhar e calcetar as ruas e, animou a população a cobrir as suas casas de telha e a caiar as paredes.

Por volta de 1860, revela a bibliografia consultada, Praia já tinha perto de 2300 habitantes, entre metropolitanos e nativos. Havia a casa da Câmara, que contava já com uma escadaria e uma torre com relógio, casa da alfândega, tinha-se arrancado a construção do cais da Praia Negra e tinham sido realizadas obras importantes para o saneamento da cidade.

Nos finais do século XIX, Praia possuía no dizer de Amaral uma planta rectangular com várias praças e largos, ruas e travessas, espaços esses que se conservam na maior parte dos casos até hoje.

Como é evidente, o que ficou atrás referido, diz respeito à evolução do Plateau, porque a extensão urbana para os diversos bairros é relativamente recente. Prova este facto, algumas imagens desta região referentes a 1960, apresentadas por Amaral na sua obra.

Esta, mostra zonas bem próximas do Plateau como: Achadinha, ainda praticamente deserta.

---

<sup>13</sup> Op. cit. p.329

<sup>14</sup> Ver mesma página da mesma obra atrás referida.

<sup>15</sup> AMARAL, Ilídio do. p. 330

Sabe-se porém, que a expansão da cidade ocorreu de forma rápida a partir dessa data, como se poderá constatar mais à frente, como resultado de uma concentração urbana muito rápida, por sinal, objecto deste estudo, gerando o perfil demográfico que a seguir se apresenta.

## ***2. Apresentação descrição e análise simbólico formal da obra***

### ***2.1. Localização***

A estátua de Amílcar Cabral, fica situado no largo da Biblioteca e do Auditório Nacional, na zona do Taiti, tendo a norte, a área mais antiga da zona do Taiti, a sul, a biblioteca Nacional, a este, a encosta do Plateau, a oeste, Avenida Cidade Lisboa. Para mais detalhes ver a gravura 1 – Planta de localização do memorial.

### **Gravura 1 – Planta de localização geográfica do Memorial Amílcar Cabral**

#### **Localização geográfica**

O lote da Biblioteca Nacional e do Auditório Nacional fica situado na vizinhança do Estádio da Varzea, da Direcção Geral das Finanças, da Avenida Cidade Lisboa, Avenida do Tahiti da Cabo Verde Telecom logo em baixo da Platô.



Conforme é ilustrado na figura ampliada, o Plano de Desenvolvimento Urbano da Praia prevê a construção de um complexo Hoteleiro ("DOMUS"), e é exigência deste que haja a divisão deste complexo em dois blocos de modo a proporcionar a harmonia entre os espaços verdes e o largo onde afixaram a estátua, de modo que este seja (como já é) o eixo de todas as vias ao redor. (Figura acima)

A ideia inicial de localização do Memorial Amílcar Cabral era de o implantar no Ilhéu Santa Maria ( ver gravura 2) para ao mesmo tempo evidenciarmos realidade posterior, ou seja a sua construção em Taiti e fazermos algumas constatações relativas a essa transferência.

### Gravura 2-Ilhéu de Santa Maria



Fonte: Imagem recolhida pelo Sr. Tony entre 10 e 19 de Setembro de 2000

Efectivamente no despacho do Ministério da Cultura e Comunicação de 26 de Julho de 1993, o Governo decidiu erigir um monumento no Ilhéu de Santa Maria, alias tudo indicava que os trabalhos só serão iniciados a 12 de Setembro com a colocação da primeira pedra.

O interesse em construir esse Memorial nesse local justifica – se pelo facto de facilitar a visualização dessa placa por qualquer visitante que chega á Praia, quer via marítima, aérea e inclusive desde as diversas zonas do litoral da Cidade. Para aceder a esse local o Ministério pensou na construção de uma ponte de pedras em forma de arco partindo do velho cais de pesca, conforme tínhamos referido anteriormente.

Escrevia-se na altura no Jornal «A Semana» *que «a ideia é inserir o memorial dentro do perímetro da chamada zona de salvaguarda do Plateau – entre o farol e a Praia da Mulher branca»<sup>16</sup>.*

Não havendo a possibilidade da construção do memorial nesse local, dificuldades essas justificadas talvez por motivos de ordem financeira ou mesmo política, o Estado resolveu voltar a ideia inicial que era de construir o memorial na zona do Taiti.

<sup>16</sup> - FORTES, Teresa. **Técnicos iniciam trabalhos para monumento a Cabral.** in « A Semana» segunda – feira. 1994, p. 13.

A inauguração foi no dia 05 de Julho do ano 2000, altura que coincidiu com a comemoração dos 25 anos da independência nacional. Este acto foi presidido pelo Chefe de Estado, António Mascarenhas Monteiro que mereceu a curiosidade de um vasto público.

De recordar que esta obra foi construída com a ajuda da cooperação chinesa.

*«A inauguração deste memorial Amilcar Cabral, um monumento em homenagem ao pai da nacionalidade cabo – verdiana, marca o fim de um longo processo, que conheceu impasses e hesitações várias ao longo destes 25 anos»<sup>17</sup>.* Caso para dizer que apesar de haver o nome de Cabral associado a ruas espalhadas pelo país e ao aeroporto internacional do Sal não compensa tudo aquilo que ele tem feito por Cabo Verde, alias, sustentava na altura a nossa fonte, «é preciso fazer mais».

## 2.2 Descrição iconográfica

Essa escultura que se eleva a partir da plataforma que forma o memorial Amilcar Cabral é datada de 2000. É revestida em Bronze e pode ser analisada em três partes: a estatua, a base sobre a qual a mesma se assenta e a grande plataforma inferior. A estátua, encontra-se numa posição de pé como se pode ver na gravura 3.

---

<sup>17</sup> LOPES, José Vicente. Cabo Verde, 25 anos depois. In « A Semana», Sexta- feira, 7 de Julho de 2000, Ano VIII, nº 481, pp.1.



**Gravura 3 – A estátua e base que formam o Memorial Amílcar Cabral.**

**DIMENSÕES ATRAVÉS DA ESCALA HUMANA**



**Fig. 9 : Estátua de Amílcar Cabral em vista frontal**

**Fonte : O Grupo ( 29/04/2004 )**

1 – Altura da base : 5,78 m

2 – Altura da estátua :  $2,95 \times 1,65 \text{ m} = 4,37 \text{ m}$

3 – Largura do ombro :  $0,90 \times 1,65 \text{ m} = 1,49 \text{ m}$

4 – Comprimento do braço e antebraço :  $1,20 \times 1,65 \text{ m} = 1,98 \text{ m}$

5 – Largura da cintura :  $0,75 \times 1,65 \text{ m} = 1,24 \text{ m}$

6 – Altura das pernas :  $1,50 \times 1,65 \text{ m} = 2,48 \text{ m}$

7 – Altura da plataforma :  $1,50 \times 1,65 = 2,48 \text{ m}$

**Fonte: Idem gravura 1**

Este monumento possui aproximadamente 5,78 metros de altura (tendo em conta a escala humana, que mede 1,65 metros de altura), em que:

- A largura do ombro mede 1,49 metros;



- O braço e o antebraço medem 1,98 metros de comprimento;
- A cintura possui 2,48 metros de largura;
- A perna possui 2,48 metros de altura.

Em relação ao vestuário, o artista idealizou como veste uma camisa com bolsos à frente, na altura do busto, um gorro na cabeça, umas calças, uma gabardina que vai até a altura dos joelhos e por fim os sapatos.

Continuando ainda a descrição da mesma, constatamos que o rosto tem barba, bigode e usa lentes. Na mão esquerda carrega um livro.

Em relação a base feita de betão armado, ela tem aproximadamente 5,78 metros de altura e pode ser analisada em duas partes:

Tanto a estátua como a base, estão assentes numa plataforma de forma Hexagonal, composta por cinco escadarias em que;

- Quatro delas dão acesso a estátua;
- Uma dá acesso á um centro que fica na parte interna da plataforma (entre as duas escadarias da frente), onde encontram-se arquivadas as informações sobre a biografia de Amílcar Cabral.

### *2.3. Análise simbólico-formal da obra*

Relativamente a leitura simbólico-formal, sobre a qual seguiremos uma vez mais os critérios de leitura da obra de arte, tal como sugere UPJOHN e outros (1992: p.10-29) realçaremos os aspectos relacionados com a personalidade do homem, espelhados na sua expressão facial. Ainda seguindo o autor atrás citado referiremos a outros elementos ligados ao, material utilizado, o volume, a busca de equilíbrio entre outros, para conferir no máximo a noção de realidade que se quis representar.

Podemos dizer que o porte altivo, transmite-nos a imagem de um homem maduro, determinado, seguro de si e que sabe o que quer. (ver Gravura 4).

**Gravura. 4 - Imagem de um homem maduro e determinado**

**Fonte: idem gravura1**

Outros elementos iconográficos têm também atrás de si uma significação expressiva: a barba, simboliza a resistência e a mentalidade revolucionária, o livro que carrega na mão esquerda, sugerem a ideia de que o progresso, o desenvolvimento e a felicidade humana só se consegue com o estudo o trabalho e a luta. A veste de gabardina certamente procura representar uma faceta da sua vida de estudante num país de clima frio que neste caso se refere a Portugal.

A perna direita está em avanço enquanto que a esquerda resiste ao retrocesso que traduz a ideia de movimento para frente simbolizará provavelmente a resistência ao passado e uma procura se seguir um determinado caminho.

A fixação dos olhos no horizonte e a percepção de movimento simbolizam o percurso em direcção ao futuro, um futuro que se espera risonho e de franca felicidade que pode ser visto na serenidade e na alegria e no ar confiante desenhado no rosto da estátua.

A plataforma que completa toda a estrutura e que constitui o memorial no seu todo possui um interior subterrâneo que dá acesso ao monumento através dum hall, o que, segundo o Jornal

«A Semana» de 23 de Maio de 1994, na concepção dos artistas é o domínio das sombras pensado para representar as muitas horas de angústia que precederam à libertação.

É bom referir que a concepção de esculturas<sup>18</sup> enquanto obras de arte como é o caso da estátua do eminente pensador e estratega militar que foi Amílcar Cabral desde sempre foi uma preocupação dos homens. Neste sentido parece ter lógica a associação da sua finalidade à das estátuas romanas do período republicano. De acordo com JANSON, 1992, p. 179, por volta de 80 a.c. Os romanos glorificavam os seus chefes políticos e militares proeminentes erguendo-lhes estátuas em lugares públicos à semelhança da atitude dos gregos perante os seus deuses heróis e atletas.

Este procedimento atravessa toda a história das diferentes sociedades, variando os aspectos iconográficos expressivos e formais das obras consoante as mentalidades de cada época. Contudo um aspecto será comum para todos os tempos. Para responder o artista às solicitações de quem lhe encomenda a obra, o seu trabalho deve que revelar através dos traços do rosto da entidade esculpida uma personalidade, que, ao fim e ao cabo, estará relacionada com a história dos feitos da pessoa e da sociedade que merece ser perpetuada através da estátua. Neste aspecto a obra carrega atrás de si todo um legado que o transforma numa grande fonte de conhecimento do passado e, por isso, com um valor patrimonial considerável. Mas, para além disso vem contribuir para a melhoria da estética da Cidade.

Na verdade o crescimento da Praia, fruto do desenvolvimento urbano que é característico do Mundo Contemporâneo, tal como a este assunto reporta RÉMOND, 1994, p.p. 225-227, desde que foi elevada à categoria de Cidade em 1858<sup>19</sup> não parou até hoje. Por esta razão já merecia a cidade ter uma estátua duma personalidade com a envergadura de Amílcar Cabral, quanto mais não seja vai contribuir para o aumento da riqueza patrimonial desta urbe. Esta como vimos, foi inaugurada pela sua excelência, o ex-Presidente da República de Cabo Verde, Doutor António Mascarenhas Monteiro, por ocasião das comemorações 25<sup>o</sup> aniversário da Independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 2000. Aquando da sua construção, teve-se por objectivo, homenagear Amílcar Cabral, como fundador da Nacionalidade Cabo-verdiana.

---

<sup>18</sup> Tal como é entendida esta disciplina artística no Dicionário de História da Arte da autoria de LUCIE SMITH, 1992, p. 192

<sup>19</sup> Ver, GOMES, Lourenço. **Índices de Saúde Pública na Cidade da Praia e na Primeira República**. Porto. Universidades Portucalense. 1998. p. 15

### 3. O memorial e o legado histórico-cultural de Cabral

A inserção de um registo que procura apresentar *o memorial em estudo e o legado histórico-cultural que representa*, resulta do pressuposto, segundo o qual, ao ser colocado o património ao serviço do desenvolvimento há que acrescentar ao seu valor de culto e de presença física o valor histórico-cultural.

Para a elaboração deste registo baseamo-nos em vários trabalhos já produzidos a respeito de Cabral entre os quais destacamos em primeiro lugar, um documento de autoria colectiva editado pela Fundação Mário Soares em Lisboa.<sup>20</sup>

O documento em referência começa por apresentar Amilcar Lopes Cabral como filho de Juvenal Cabral e de Iva Pinhél Évora, nascido em Bafatá, Guiné-Bissau a 12 de Setembro de 1924.

De acordo com os autores, na sua fase infanto-juvenil, em 1932, Cabral muda-se com a sua família para Cabo Verde- ilha de Santiago, onde ele faz a instrução primária e o liceu em S. Vicente. Depois de acabar os estudos do liceu, enquanto aguarda a concessão de uma bolsa para prosseguir os estudos, ele emprega como aspirante na Imprensa Nacional, na cidade da Praia e em 1945 é lhe concedida uma bolsa de estudos e ingressa no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa, tendo terminado em 1950. Termina o curso de Engenharia e passa a trabalhar na estação agrónoma de Santarém. Ainda como resultado da sua formação, em 1952 regressa à Bissau onde é contratado para os serviços agrícolas e florestais da Guiné (CABRAL, Iva e OUTROS, 2000, p.79).

Reza documentação diversa que, ainda na sua fase estudantil, quer no liceu em Cabo Verde, quer já na universidade em Portugal Cabral tem forte intervenção como líder associativo. Em Lisboa destaca-se nesse papel na Casa dos Estudantes do Império e na Casa de África mas também evidencia-se como poeta e impulsionador de opinião, publicando escritos diversos em periódicos de então.

Da actividade cívica de Cabral da primeira fase da sua vida passa à actividade política organizada, tendo fundado em 1955 o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) época em que também realiza trabalhos agronómicos em Angola. Nessa Província Portuguesa organiza e dirige a brigada de estudos Agrológicos da sociedade agrícola de Cassequél. Impulsionado pela apetência pela actividade política, funda, com outros africanos, o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA).

---

<sup>20</sup> Ver CABRAL, Iva e OUTROS ORGANIZADORES – **Amilcar Cabral: sou um simples africano**, Lisboa, Fundação Mário Soares, 2000.

A 19 de Setembro de 1956, cria em Bissau o Partido Africano da Independência (PAI), que mais tarde vem adoptar o nome de PAIGC, Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde<sup>21</sup>, tendo um ano antes participado na elaboração dos documentos enviados á ONU com vista a servirem de base à discussão do caso português no que tange à situação das suas colónias. Ainda como resultado da sua acção política em Dezembro de 1956 cria em Luanda juntamente com outros promotores angolanos o MPLA (Movimento Popular de Liberdade de Angola). Com os mesmos patriotas da terra de Agostinho Neto estabelece as bases para a união do MPLA com a União das Populações de Angola (UPA).

Da sua vida académica consta que foi colaborador permanente do professor Arie L. Azevedo na cadeira e agricultura tropical e solo do Instituto Superior da Agronomia (Lisboa) para os estudos da tecnologia de certas regiões de Angola e assistente efectivo do professor C.M. Baeta Neves na cadeira de Entomologia Agrícola do Instituto Superior de Agronomia (Lisboa).

Muito cedo Cabral começa por associar a sua vida profissional, e académica à actividade política quer na Guiné, quer fora desta então província portuguesa. Assim em 1957 participa numa reunião em Paris, de consulta e estudo do desenvolvimento da luta contra o colonialismo português, em 1958/60, foi colaborador extraordinário (encarregado de Investigação) da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas (Lisboa) e Director do Gabinete dos estudos agronómicos. E em Dezembro já em pleno exercício da sua profissão na Guiné preside a reunião ampliada do PAI, em Bissau, onde se decide a reorganização do partido e se elabora um plano de acção que tem como prioritária a mobilização do campo.

Em 1959 foi organizador e dirigente da Brigada dos Estudos Agrológicos da Companhia Angolana de Agricultura e preside, durante uma breve estadia em Bissau, uma reunião para a fusão do PAI a outros movimentos anti-colonialistas, do qual resulta em só partido unificado. Cria igualmente em Dakar, o movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde ligado ao PAIGC.

Da sua actividade político-partidária e diplomática inclui a participação na conferência de Frankfurt, organizada por africanos das colónias portuguesas, para estabelecer um plano de luta comum (no exterior e interior) contra o colonialismo português e vai à conferência dos povos africanos, em Tunis realizada de 25 a 30 de Janeiro de 1960, na qual se aprova uma resolução sobre as colónias portuguesas. Nessa conferência participaram como representantes do movimento anti-colonialista (MAC), Abel Djassi (Amilcar Cabral), Hugo de Menezes,

---

<sup>21</sup> A este facto refere José Vicente Lopes na sua obra: Os Bastidores da Independência de Cabo Verde editada na Praia pela Spleen Edições em 2002.

Júlio Lara e Viriato Cruz, da União da População de Angola (UPA). Funda com os outros delegados das colónias portuguesas nessa mesmo evento, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN).

A 3 de Março ele organiza em Londres na qualidade de presidente de FRAIN a primeira conferência de Imprensa de um responsável do movimento de libertação de colónias portuguesas e conhece Basil Davidson e em Novembro o PAIGC dirige ao Governo Português um memorando em que propõe negociações e Salazar não responde.

No plano das acções militares e outras actividades suportes duma acção armada esclarecida funda em Conakri nos primeiros anos da década de 60 uma escola de quadros do PAIGC, participa no congresso de apoia para transportar armamentos através desse país e promove o início a luta armada, com o ataque ao quartel de Tite, no Sul de Guiné-bissau. Chegaram a Conakri os primeiros recrutas a fim de receberam treino militar.

Em 1963 redige nova mensagem aos Soldados, Sargentos e Oficiais Portugueses que prestam serviço no exército colonial na Guiné e em 1964 dirige pessoalmente o 1º congresso do PAIGC, em Cassacá, nas regiões libertadas do Sul que operou uma mudança decisiva na marcha da luta. A este respeito Jornalista soviético Oleg IGNATIEV<sup>22</sup> que acompanhou de perto o processo libertador da Guiné e ter estado muito apegado a Amílcar Cabral, sublinha que nos anos subsequentes ao Congresso de Cassacá com inteligência, bom senso e coragem marchou-se para novas e decisivas vitórias militares, instituiu-se a milícia popular, e o exército popular, reforçou-se a mobilização em todas as Tabancas promovendo-se paralelamente a luta clandestina em Bissau e em Cabo Verde, apostou-se na informação de quadros no plano cultural e militar, procurou-se de todas as formas enfrentar desafios da mata interior, as regiões foram sendo libertadas ao mesmo tempo que se instalava os órgãos de estado respectivos até se alcançar o reconhecimento internacional.

Acompanha os processos de luta no terreno a acção político diplomática no exterior. Com efeito Cabral participa, em Treviglio (Itália) em Maio, num seminário organizado pelo centro Frantz Fanon de Milão, cujo o tema da discussão é a luta das classes exploradas pela sua emancipação nos países subdesenvolvidos dominados pelo imperialismo. A sua intervenção suscita um enorme interesse em todo o mundo, é amplamente divulgada em diversos países sendo o 1º texto de análise profunda da estrutura social da Guiné.

Em 1965 Cabral escreve as palavras de ordem a partir das quais se indicam normas a seguir na acção revolucionária a levar a cabo, em todos os domínios de actividade na sociedade.

---

<sup>22</sup> Ver IGNATIEV, O. – **Amílcar Cabral**. Edições Progresso. Moscovo. 1984, pp. 190-197.

Retomando a sua acção político-diplomática constata-se que em 1966, dirige a delegação do partido à reunião em Havana, Cuba, que criou a organização de solidariedade dos povos da Ásia, África e América Latina na qual fez uma intervenção que foi muito discutida no mundo e altamente apreciada. Essa intervenção é considerada, em geral, como uma contribuição teórica original no plano Histórico Filosófico, no que respeita a análise da marcha na luta dos movimentos de libertação nacional em África e dos fundamentos e objectivos da luta.

Em 1968, denuncia, uma intervenção muito apreciada, os crimes dos colonialistas portugueses perante a comissão dos direitos do homem na ONU e em 1969, em Novembro, denuncia uma vez mais nas Nações Unidas, perante a comissão dos direitos do homem, os bárbaros crimes dos colonialistas portugueses contra o nosso povo.

Efectua um importante seminário de quadros, no qual participam muitos quadros políticos e militares, sobre os problemas fundamentais da nossa vida e da nossa luta. É duma importância capital para a marcha da luta a contribuição decisiva de Cabral que permitiu debater profundamente os temas de discussão e trazer ideias novas e abrir novas perspectivas na análise dos problemas da luta contra o colonialismo português.

Em 1970 em Fevereiro, Cabral pronuncia uma importante conferência numa sessão especial organizada em homenagem á memória de Eduardo Mondlane. Esta conferência, tinha como tema Libertação Nacional e Cultura.

Em Junho tem lugar a conferência de Roma de solidariedade para com os povos das colónias portuguesas, onde 171 organizações nacionais e internacionais, representando 64 países do mundo estudaram e estabeleceram os meios de desenvolver a solidariedade política, moral e material à luta dos nossos povos contra o colonialismo português. Esta conferência foi a mais importante do ano e representou uma grande derrota dos colonialistas portugueses no plano internacional, completa ainda pelo facto de o Papa Paulo VI ter recebido os dirigentes máximos dos três Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas (MPLA, FRELIMIO e o PAIGC). Nesta audiência, Cabral numa breve alocução, respondeu ao sumo pontífice em nome dos dirigentes dos 3 movimentos.

Em Abril de 1971 pela voz de Cabral, o partido denuncia na Suécia, numa conferência de Imprensa a situação de fome nas ilhas de Cabo Verde. Cabral escreve então que tendo submetido o povo e a terra a uma exploração desenfreada, os colonialistas portugueses utilizam a fome para, por um lado, reforçar a sua dominação e, por outro lado, para dispor de uma mão-de-obra e até mesmo escrava. Mão-de-obra que eles exportam debaixo da etiqueta dos trabalhadores contratados para as grandes roças dos colonos brancos e das companhias coloniais de Angola e de S Tomé.

O partido, pela voz de Cabral, lança no ano acima referido um apelo à solidariedade internacional para uma ajuda concreta e urgente ao povo cabo-verdiano, pede ao ONU e ao Secretário-Geral, para que toma as medidas exigidas pela situação e em Junho, fala em nome dos movimentos de libertação africanos, na sessão de encerramento da 8 conferência dos chefes dos estados e de Governos da África, realizada em Addis-Abeba, na Etiópia. Nesta cimeira da organização da OUA, Cabral fundamente a sua exposição no argumento segundo o qual havia situação de pessoas ou combatentes que desesperam, mas os povos nunca haviam de se desesperar. Sublinhava também que era necessário confiar nos povos e que eles, combatentes da liberdade africana, estavam prontos para morrer e tinham visto camaradas tombar ao lado, enfim que eles não tinham qualquer razão para não acreditar no destino da África, na capacidade de qualquer que seja o povo africano de se libertar totalmente do jogo colonial e racista e tomar nas suas mãos o seu destino, como eles próprios tinham já feito.

Em 1972 mais concretamente em Fevereiro, Cabral falando na 163<sup>a</sup> sessão de Conselho de Segurança da ONU, realizada pela primeira vez em África, em Addis-Abeba, capital da Etiópia, renovava o convite à Assembleia – Geral das Nações Unidas para que enviasse Guiné uma delegação, a fim de conhecer a realidade concreta. Pela 1<sup>a</sup> vez os movimentos das libertações das colónias portuguesas estavam autorizadas a apresentar-se diante de uma tão alta Instância Internacional.

Em Abril, registava-se uma grande vitória do povo africano, no plano Internacional, na luta sem tréguas contra o colonialismo português: perante os membros do comité de descolonização das Nações Unidas, Cabral é o representante e interprete dos interesses superiores do povo enquanto que, nas regiões libertadas no Sul da Guiné uma comissão especial das Nações Unidas realizava a missão que foi confiada pela Assembleia-Geral desta organização internacional e recolhia todos os dados a provarem que o povo da Guiné já era de facto um povo soberano numa parte importante daquele território, o que provava já na altura que, no plano militar, após o início da luta armada no início da década de 60, tinha-se alcançado vitórias sucessivas sobre as tropas coloniais presentes na Guiné.

Em Junho desse ano de 1972 realizava-se mais uma reunião cimeira da Organização da Unidade Africana, em Rabat. Nessa reunião, Cabral foi convidado mais uma vez a falar diante dos Chefes de Estado com quem discutiu os problemas da luta e libertação e de África. Em Julho, o trabalho de Cabral intitulado «sobre o papel da cultura na luta pela Independência» foi apresentado numa reunião de peritos sobre as nações de raça, identidade e dignidade, realiza em Paris pela UNESCO e para qual o Secretário-Geral foi uma das 20 personalidades convidadas.



Em Setembro, dirige à delegação do PAIGC aos seguintes países asiáticos: China, Japão e Coreia e em Outubro, perante a 4ª comissão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em nome do povo de Guiné e Cabo Verde<sup>23</sup>, é o 1º representante de um povo em luta a usar da palavra na qualidade de observador perante a ONU. A sua brilhante intervenção foi altamente apreciada pela comissão, que toma a decisão de a reproduzir na íntegra dos relatórios da sessão. Cabral foi então recebido pelas mais altas personalidades: o Secretário- Geral das Nações Unidas, o Presidente da Assembleia Geral, o Presidente do Comité de Descolonização, etc.

Entre os aspectos de reconhecimento da acção de Amílcar Cabral destaca-se a atribuição a 15 de Outubro de 1972 o título de doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade Lincoln, EUA e a 24 de Dezembro o mesmo título lhe concedido pela Académica das ciências da URSS confere-lhe em Ciências Políticas e Sociais. Constitui corolário de toda a luta de Amílcar Cabral a resolução 322 do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação dos territórios sob a dominação portuguesa. Apesar de tudo a 20 de Janeiro de 1973 é assassinado em Conakri.

É de se destacar que a estatura invulgar de Amílcar Cabral homem que jurou que tinha que dar a sua vida, toda a sua energia, toda a sua coragem, toda a sua capacidade, até ao dia que ele morresse, ao serviço do seu povo, na Guiné e Cabo Verde mas também ao serviço da África e da sua humanidade tendo dada uma contribuição, valiosa para que a vida dos homens e mulheres se tornasse melhor no mundo.

É esta a memória que se quer perpetuar junto das novas gerações de cabo-verdianos<sup>24</sup>. É dado seguro que, do ponto de vista do desenvolvimento cultural e intelectual de cada um tem importância especial, bem como junto de todos aqueles que procuram o nosso país como lugar de repouso. Esta pode ser uma oferta turística de qualidade tendo em conta o valor histórico-cultural desta faceta da vida do Cabo-verdiano, visto que assenta naquilo que resta como memória material do pensamento e acção de Amílcar Cabral.

---

<sup>23</sup> Aqui é importante sublinhar que a luta armada desencadeada na Guiné foi sempre assumida como luta para a independência dos povos da Guiné e Cabo Verde e pelo facto, nela intervieram Guineenses e Cabo Verdianos, destacando-se para além de Amílcar Cabral, os nomes de Aristides Pereira, Pedro Pires, Agnelo Dantas, Eduardo dos santos, Honório Chantre Justino Lopes, Zeca Santos, Domingos Ramos entre muitos outros. Desenvolveu-se paralelamente luta armada desencadeada na Guiné a luta política clandestina em Cabo Verde, que levou muitos cabo-verdianos a serem à perseguidos e presos pela PIDE.

<sup>24</sup> Esta memória que se quer perpetuar junto das novas gerações de Cabo-verdianos é complementada com um documentário fotográfico sobre o legado histórico-cultural de Cabral, destacado como anexo III.

## **Capítulo III**

### **Reflexão crítica sobre o valor patrimonial da obra e o legado que representa**

Constitui ponto de partida na reflexão aqui exposta um inquérito (ver anexo I) aplicado junto de dez pessoas cujo perfil foi previamente determinado.

Pusemos esses indivíduos que, no fundo são professores, perante a questão de considerarem ou não o memorial Amílcar Cabral um monumento com valor Histórico. Com a aplicação deste instrumento de recolha de dados constatamos que a tendência das considerações das pessoas inquiridas vai no sentido duma resposta afirmativa (ver quadro abaixo) e nas justificações fica claro que é encarado como um monumento com valor histórico porque, sustentam os inquiridos, representa não só a vida e obra da personalidade em referencia, como também simboliza factos que marcaram a história recente de Cabo Verde.

**Quadro 2- Dados recolhidos junto de pessoas ligadas a História sobre uma possível classificação do Memorial A. Cabral como monumento histórico**

N/0	Idades (em anos)			Sexo		Grau de formação				Área de formação	Profissão	Considera o memorial A. Cabral um monumento com valor Histórico?	
	20 a 30	30 a 40	Mais de 40	M	F	Licenciatura	Mestrado	Form. em hist. por	Outra			Sim	Não
01		x		x		x				Ens. Hist.	Prof	x	
02		x		x		x				»	»	x	
03	x			x		x				Ens. Hist	»	x	
04	x			x		x				Ens. Hist	»	x	
05		x		x		x				Ens. Hist	»	x	
06		x			x	x				Ens. Hist	»	x	
07		x		x		x				Ens. Hist	»	x	
08	x				x	x				Ens. Hist	»		x
09	x				x	x				Ens. Hist	»		x
10	x				x	x				Ens. Hist	»		x

**Fonte: Dados recolhidos pelo autor entre 08/07/05 e 12/07/0**

Vão ainda mais longe nas justificações, as pessoas inquiridas, deixando entender que na qualidade de monumento com valor Histórico esta obra escultórica pode ajudar – nos a melhor compreender os factos ou os acontecimentos históricos ocorridos em que directa ou indirectamente esteve envolvido Amílcar Cabral e tiveram impactos no nosso país, o que para esses entrevistados representa ainda o culminar do acontecimento histórico, que foi luta pela independência nacional.

Foi considerado que desperta a curiosidade para sabermos mais sobre a obra de Cabral e o seu pensamento. «*Fundador da nossa nacionalidade* »<sup>25</sup>. Defendeu-se nesta pequena amostra que “continuar Cabral” passaria por um profundo conhecimento da História do povo de Cabo Verde, Guiné-Bissau e do mundo após a II Guerra Mundial, para se poder compreender quais

<sup>25</sup> É importante ver-se que a ideia de pai da nacionalidade é seguramente entendida aqui como estando ligada ao conceito de nação independente.

foram os motivos que o levaram a lutar por causa da Independência Nacional. Mas para isso, sublinham, é preciso que haja uma maior divulgação.

Os dados recolhidos permitiram-nos apurar que o Memorial Amílcar Cabral possui a qualidade de fonte material na medida em que Amílcar Cabral em si, é um marco histórico importantíssimo, é o pai do Estado Cabo-verdiano. Sendo assim para conhecer a História de Cabo Verde no seu todo é necessário conhecer a figura de Amílcar Cabral, pois não se pode conhecer a História de um país sem antes conhecer a pessoa que projectou e fez quicá a parte mais importante da sua História.

É dado assente nas respostas que o indivíduo ao olhar para a estátua de Cabral desperta-se a curiosidade de saber quem foi esse homem e acaba por conseguinte por obter inúmeras informações sobre esta figura, sua vida e toda a obra por si idealizada.

De facto, destaca um dos inquiridos, é um documento histórico de grande importância, uma vez que representa toda uma conquista histórica e política de um povo. É, no entender deste nosso interlocutor, imprescindível a preservação e a divulgação dessa história, da filosofia a ela subjacente e do percurso daquele que foi seguramente o maior protagonista dessa história. É neste quadro que este nosso inquirido analisa o trabalho que ora elaboramos como sendo um documento escrito que virá a testemunhar toda a razão de ser deste Monumento.

Por outro lado, é considerado um Monumento que desperta a consciência nacional, referem outras pessoas inquiridas. Cria um espírito crítico de pesquisa e motiva para as descobertas históricas do povo cabo-verdiano.

Entre outras ideias associadas à obra em referência que é inequivocamente reconhecida como fonte histórica destaca – se a noção de que se trata de um sinal de liberdade, a possibilidade de entrarmos em contacto com o passado e conhecer melhor a personalidade de Amílcar Cabral e a importância que teve na História recente de Cabo Verde. Também ficou clara a ideia desse monumento como referência histórica para a compreensão do passado africano. É neste contexto que o citado Memorial reflecte não só um passado heróico como também abre perspectivas e reflexões modernas no sentido duma melhor compreensão da história recente de Cabo Verde.

Já que o Memorial Amilcar Cabral é reconhecido como um monumento com valor histórico que nos pode ajudar a melhor compreender os factos ou os acontecimentos históricos ocorridos, em que directa ou indirectamente esteve envolvido Amílcar Cabral que tiveram impactos no nosso país, não há como negá-lo como um bem colectivo do povo Cabo-verdiano, e por isso assume-se como património desse povo. Se por ventura pode ser aceite na

sua forma material por causa do tempo da sua construção, o mesmo já não acontece com os factos ao mesmo associado.

Nesta reflexão permitiu-nos um outro instrumento de recolha de dados concebido como ficha de entrevista (ver anexo II), constatar que se acredita na possibilidade de, pela sua importância como monumento com valor histórico, este memorial poder integrar o núcleo histórico que constitui a própria Cidade da Praia. Consequentemente, os visitantes ao percorrem um roteiro histórico da Cidade com o fim de conhecer um pouco da nossa história poderiam passar por este monumento para tomarem consciência da história recente do nosso país através da vida e obra de Amílcar Cabral. O possível afluir de gente resultaria certamente em fonte de receita. Por conseguinte, este monumento que pode ser considerado património cultural, seria transformado num produto cultural de qualidade não só para os nossos jovens como também para todos aqueles que passem por esta Cidade da Praia.

Por fim resta sublinhar nesta reflexão que é necessário que se crie condições para que os jovens possam interessar-se para o conhecimento desta história recente, a partir do memorial Amílcar Cabral. Estas condições passariam por, em primeiro lugar, promover fortes campanhas de sensibilização, a colocação de equipamento TV e Vídeo no compartimento que serve de base da estátua, onde se pudesse passar imagens documentadas sobre a vida e obra de Amílcar Cabral. Como já referimos anteriormente no mesmo local poderão ser feitas exposições fotográficas, e mesmo ser instalado um centro de documentação sobre toda a vida de Cabral e o processo que conduziu à independência nacional. Uma vez aí criadas essas condições a afluência paga pelos jovens, turistas e não só, seria compensada com toda a informação disponível no local.

Como é evidente um bem patrimonial desta natureza e todo o seu recheio que constitui a documentação nela disponível, deve ser preservado. Assim tal como refere João Lopes Filho<sup>26</sup> deve-se *«desenvolver nos cidadãos o sentimento para a sua preservação, visto os seus elementos constituírem as estruturas que enquadram o genérico da multividência do Cabo-verdiano. Portanto, a promoção do património não deve ser apenas a tarefa das instituições ou entidades governamentais»*. Daí que toda acção do Estado visando a sua preservação deve ser acarinhada por todos, no sentido da sua conservação e assim garantir-se que gerações futuras possam também tirar proveito de todo o conhecimento que envolve este monumento.

Esta chamada de atenção vem na sequência da má utilização deste memorial que andamos a constatar. É um lugar que pela importância que tem não podia estar quase que inactivo. É

---

<sup>26</sup> Ver obra intitulada: «Defesa do Património socio-cultural de Cabo Verde editada em Lisboa em 1986.

necessário que a entidade responsável lhe dê uma atenção muito mais redobrada criando condições para uma maior adesão das pessoas a este local. Condições essas que têm a ver com a promoção de campanhas de sensibilização das pessoas, particularmente dos mais jovens, no sentido de visitar e conhecer mais de perto o valor que este memorial representa para os cabo-verdianos. Tem a ver também com a manutenção do espaço, nomeadamente a limpeza, concertação de algumas fotografias que se encontram na parede interna do edifício e ainda contratar uma pessoa com especialidade na área para fornecer informações aquando da visita das pessoas.

Criando essas condições pode-se por conseguinte, estipular uma taxa que dá permissão a entrada neste local, o que contribui directa ou indirectamente para a valorização desta placa. Porque com a entrada gratuita estamos automaticamente a contribuir para a desvalorização deste monumento, uma vez que a percepção que todo o mundo tem é que tudo que é gratuito não tem valor e não presta.

Portanto o memorial carece de mais e melhor tratamento, alias esta é uma reivindicação feita até por alguns funcionários que ali trabalham, argumentando que deviam cobrar uma quantia mesmo que simbólica para aqueles que visitam o local.

Devemos apostar na cultura, porque desta forma a mesma traduzirá num grande mais valia para o país.

## Conclusão

Recuperando o essencial do trabalho importa antes de mais ressaltar que este pequeno estudo apresenta monumento dedicado a Amílcar Cabral, deixando implícito ao longo do estudo valor patrimonial deste imóvel.

Ao longo do trabalho incidimos num primeiro momento naquilo que descrevemos como sendo uma análise do estado actual dos conhecimentos sobre património e da experiência patrimonial em Cabo Verde, onde pusemos em confronto várias posições sobre o conceito do património, apresentamos uma breve síntese da legislação sobre o património histórico-cultural em Cabo Verde e descrevemos algumas das actividades de preservação e defesa do património histórico-cultural nacional.

Num segundo momento dedicado ao enquadramento espacial, apresentação e análise do monumento, pudemos reportar um pouco sobre a história da Cidade da Praia enquanto espaço de implantação do memorial, destacando-se a sua localização, descrição iconográfica bem como uma leitura simbólico-formal da obra de arte concebida como escultura monumental. Incluímos ainda neste capítulo síntese sobre o legado histórico-cultural de Cabral que o memorial representa.

Por fim fizemos questão de apresentar algumas considerações sob a forma de Reflexão crítica acerca do valor patrimonial da obra e do legado que representa, apoiadas em recolhas feitas através de trabalho de campo que permitiram ajuizar melhor sobre o estatuto que se pode dar a este monumento.

A elaboração deste trabalho permitiu-nos fazer as seguintes constatações gerais:

Uma primeira constatação tem a ver com o seguinte: apesar dos critérios gerais de classificação incluírem a questão da idade, do bem colectivo e outros aspectos ligados à sua função de representação duma terminada realidade, numa dada época, são os próprios estudiosos na matéria que vão chamar atenção para a subjectividade da obra em si que se supõe com valor patrimonial e na definição do conceito de património. Pelo que no nosso ponto de vista independentemente da idade da construção do monumento, o memorial tem tanto de representatividade e simbologia duma realidade histórica concreta, que só por esta razão deve ter estatuto de património nacional.

Uma segunda constatação relaciona-se com a sua localização. Inicialmente era previsto erguer este monumento no ilhéu Santa Maria, para permitir a observação do memorial por qualquer visitante que chegasse à Praia. Por causa da caracterização desse espaço na altura como central gerou-se uma certa polémica em torno da transferencia da ideia inicial para a zona onde veio a ser efectivamente implantada. Esta polémica é no entanto para nós, uma falsa questão à luz da evolução que veio a sofrer a Cidade. Não será hoje o Ilhéu, seguramente, um ponto mais estratégico do que a zona do Taiti. Esse é nada mais, nada menos o local onde no dia-a-dia, muita gente se dirige por causa dum conjunto infra-estruturas administrativas, económicas e socio-culturais a saber: o Palácio do Governo, a Sede da CV Telecom, o Arquivo Histórico Nacional, a Electra, o Campo de Futebol a Biblioteca e Auditório Nacionais assim como o lugar que dá acesso ao mercado de Sucupira. Também a sua proximidade ao Centro Histórico é também algo a ter em conta.

Uma constatação final tem a ver com a ideia segundo a qual o património ou mais rigorosamente o património cultural, que representa a própria cultura de um povo, incluindo nesta percepção a memória colectiva desse povo, deve ser factor de sustentabilidade da economia. Na verdade pudemos evidenciar neste estudo que a possibilidade de geração de receitas a partir das visitas guiadas ao memorial no quadro da implementação do roteiro histórico da Cidade é real, principalmente se levarmos em conta que o turismo, nomeadamente o turismo cultural como é o caso, constitui uma das principais formas de expansão económica de qualquer país.

Essencialmente constitui para nós verificação fundamental a tese de que se por ventura, pode-se pôr em causa a aceitação da obra como património na sua forma material por causa do tempo da sua construção, o mesmo já não acontece com os factos ao mesmo associados. Há quem defende que seria uma ofensa a Amílcar Cabral negar ao monumento erigido à sua memória o estatuto de património nacional. É preciso levar em linha de conta que há dois lados do homem que devemos considerar: o lado físico e biológico e ou o lado espiritual e sociológico, para aferirmos que se desapareceu fisicamente, com a ocorrência do fenómeno biológico da morte, permanece vivo o lado espiritual e todo o impacto sociológico da sua intervenção no processo que conduziu à independência de Cabo Verde. Isto constitui, como ficou demonstrado ao longo do trabalho, importância histórica do seu legado, que não pode ser negado. É neste sentido que vemos o Despacho do Ministério da Cultura e Comunicação de 26 de Julho de 1993, através do qual o Governo decidiu erigir um monumento nacional em homenagem a Amílcar Cabral, como forma de fazer perdurar o legado histórico associado vida e obra de Amílcar Cabral.



Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar que o legado de Cabral associado a esse monumento deve ser preservados por causa do seu valor cívico e como local de memória, integrado no roteiro histórico da Cidade da Praia, pois contribuirá para fomento cultural dos cidadãos, como também, funcionam como fontes de financiamento do desenvolvimento de um dado país.

A semelhança de qualquer outro trabalho este, infelizmente, conheceu também as suas dificuldades. Dificuldades essas que têm a ver com a área de estudo em si e a sua própria metodologia de trabalho alias, domínio de investigação a que não se tem muito dedicado no nosso meio, pois é área muito técnica que diz respeito ao património, à arte entre outras afins, que muitas vezes fogem a nossa melhor capacidade de análise, mas ao fim ao cabo fizemos o que pudemos, com base naquilo que estudamos no âmbito da História de Arte, Etnologia de Cabo Verde, História de Cabo Verde, História da luta pela libertação nacional mais precisamente História de Amílcar Cabral. Portanto estas disciplinas contribuíram, directa ou indirectamente, para a feitura de um trabalho deste tipo

Apelamos a entidade responsável pela gestão deste monumento que dê mais atenção a esta mesma obra e fazer com que a imagem de Cabral brilhe como nos tem habituado, alias lutar pelo engrandecimento desta figura é uma forma de fazê-la viver no futuro, dando lhe mais vida e mais forma.

Pelo conteúdo do texto no seu todo, esperamos ter contribuído para o desenvolvimento de futuras investigações nesta área.

## Bibliografia

AMARAL, Ilídio do. **Santiago de Cabo Verde, a terra e os homens**. Lisboa. Tipografia Minerva. 1964.

BALENO, Ilídio. **Povoamento e formação de sociedade**, in ALBUQUERQUE Luís de e Santos Maria Emília M. (Coord.). **História Geral de Cabo Verde, volume I**. Lisboa/Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção Geral do Património-Cabo Verde. 1991. p. 140.

BARCELOS, José Cristiano de Sena. **Subsídios para a historia de Cabo Verde e Guiné**, Parte III. Lisboa e Coimbra. Tip. Da Academia Real das Ciências, Imprensa Nacional. pp. 231 e 246

BARCELOS, José Cristiano de Sena. **Subsídios para a historia de Cabo Verde e Guiné**, Parte IV. Lisboa e Coimbra, Tip. Da Academia Real das Ciências, Imprensa Nacional.

BRASIO, António. **Monumento Misericórdia Africana, Vol. III, Doc. 41**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958 – 1968.

CABRAL, Iva e Outros. **Amilcar Cabral: Sou um simples africano**. Lisboa. Fundação Mário Soares, 2000.

CARDOSO, Pedro – **Kriolidade: A cultura precisa ter pés para andar**. In: «A Semana». 2005.

CARREIRA, A. **Migrações nas Ilhas de Cabo Verde**. Praia, Cabo Verde ICL. 1983.

CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem mandou matar Amilcar Cabral?** Lisboa. Olho D'Água. 1995.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge. **Património e Comunicação: Políticas e práticas culturais**. Cruz Quebrada. Veja. 1997.

FARIA, Francisco Xavier. **Os Solos da Ilha de Santiago**. Lisboa. Tipografia Imprimarte. 1970.

FAZZINO, Enzo (Coordenação de) – **Plano de Salvaguarda do Centro histórico da Cidade da Praia**, Edição da Comissão das Comunidades Europeias Cabo Verde. 1991.

FORTES, Teresa. **Técnicos iniciam trabalhos para monumento a Cabral**. in: «A Semana». 1994.

GOMES, Lourenço – **Índices de Saúde Pública na Cidade da Praia e na Primeira República**. Porto. Universidades Portucalense. 1998.

**GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA Volume XX**. S/l. Página Editora, 1998.

IGNATIEV, Oleg. **Amílcar Cabral**. Edições Progresso. Moscovo, 1984.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA **1º Recenseamento Geral de População e Habitação** . Praia Cabo Verde. 1990.

JANSON - **História da Arte**. Lisboa. Gulbenkian, 1992

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde, 25 anos depois**. in: «A Semana» nº 481- Ano VIII. 2000.

LOPES FILHO, João – **Defesa do Património sócio – cultural de Cabo Verde**. Lisboa, Ulmeiro, 1986.

LOPES FILHO, João, **Musealização da Ribeira Grande em Cabo Verde**. in revista ISLENHA (Dire. Veríssimo Nelson). nº 4 Janeiro –Junho 1989.

LOPES VICENTE, José. **Os bastidores da Independência**. Praia. Spleen edições. 2002.

LUCIE-SMITH, Edward. **Dicionário de História da Arte**. Lisboa: Círculo de Leitores. 1990.

MOSSO, Paula. INAC, **Ambiente nada intelectual, parte II**. in « A Semana». 1997.

RÉMOND, René. **Introdução à História do nosso tempo**. Lisboa. Gradiva, 1994.

UPJOHN e outros. **História Mundial da Arte**. Lisboa. 1992.

VIEIRA, H. L. de Santa Rita. **História da Medicina em Cabo Verde**. ICL. 1989.

### **Boletins Oficiais**

*B.O. n.º 21 de 24 de Maio de 1975. I série, Praia, 1975*

*B.O. n.º 27 de 26 de Julho de 1993 I série, Praia, 1993.*

*B.O. n.º 50 de 31 de Dezembro de 1997 I série, Praia, 1997*

*B.O. n.º 29 de 16 de Agosto de 1999 I série, Praia, 1999*

*B.O. n.º 5 de 24 de Fevereiro de 2003 I série, Praia, 2003*



# ANEXOS

## ANEXO I

### INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Departamento de História e Filosofia  
Licenciatura em Ensino de História

Ficha de inquérito sobre o valor Patrimonial do Memorial Amilcal Cabral

Esta ficha de recolha de dados é anónima e o seu conteúdo destina-se exclusivamente ao trabalho acima referido. É de todo o interesse que seja respondido por pessoal ligados a história, ou sensibilidade para esta área de conhecimento. Assim peço-lhe, por favor que a preenche, respondendo-a com base naquilo que é o seu conhecimento.

**Muito obrigado,**  
O estudante,  
Alberto Sanches

#### 1- Dados Preliminares

- 1.1- Idades: 20 a 30 anos ( ) 30 a 40 anos ( ) mais de 40 anos ( ).
- 1.2- Sexo M ( ) F ( ).

1.3- Grau de formação Académica: Bacharel ( ) Licenciatura ( ) Mestre ( ) Formação em História por concluir ( ).

1.4- Área de formação \_\_\_\_\_ .

1.5- Profissão \_\_\_\_\_.

2- Considera que o Memorial AMILCAR CABRAL pode ser encarado com um ***Documento*** ou ***Fonte Histórica?*** Sim ( ) Não ( ).

2.1- Se respondeu **sim**, em que medida pode contribuir para um melhor conhecimento da nossa História?

---

---

---

---

---

---

## ANEXO II

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**  
**TRABALHO DE FIM DE CURSO PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE**  
**LICENCIATURA EM ENSINO DE HISTÓRIA**

### GUIÃO DE ENTREVISTA

O presente instrumento destina - se aos quadros que trabalham na promoção do património, e visa exclusivamente, o fim enunciado. De modo complementar á bibliografia servirá como suporte para a elaboração do citado trabalho do fim de curso. Por isso solicitamos o favor de respondê-lo e assim contribui para o sucesso do nosso trabalho.

Muito Obrigado, Alberto Sanches

**1. Dados Gerais da pessoa entrevistada:**

- **Domínio de Formação**\_\_\_\_\_
- **Função actual no IIPC**\_\_\_\_\_
- **Área de actividade no IIPC**\_\_\_\_\_

**2. Como caracteriza em termos gerais as actividades do IIPC no passado e hoje em Cabo Verde?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



**3. Quais são as áreas de maior intervenção do IIPC?**

---

---

---

---

---

---

**4. Em que consiste as intervenções do IIPC nas diferentes vertentes do património?**

---

---

---

---

---

---

---

**5. Qual é o objectivo último da preservação do património?**

---

---

---

---

---

---

---

**6. Quais são os resultados práticos da intervenção do IIPC com maior visibilidade?**

---

---

---

---

---

---

---

**7. Que barreiras e dificuldades se enfrentam nas actividades do IIPC?**

---

---

---

---

---

---

---

**8. Considera que existe uma relação entre o património e a obtenção de recursos para o desenvolvimento? Justifica.**

---

---

---

---

---

---

---

## ANEXO III

### Documentário fotográfico sobre o legado histórico-cultural de Cabral

**Foto nº1** : Amilcar Cabral, a primeira mulher ( Maria Helena Vilhena Rodrigues e  
As duas filhas do casal ( Iva Maria e Ana Luisa)



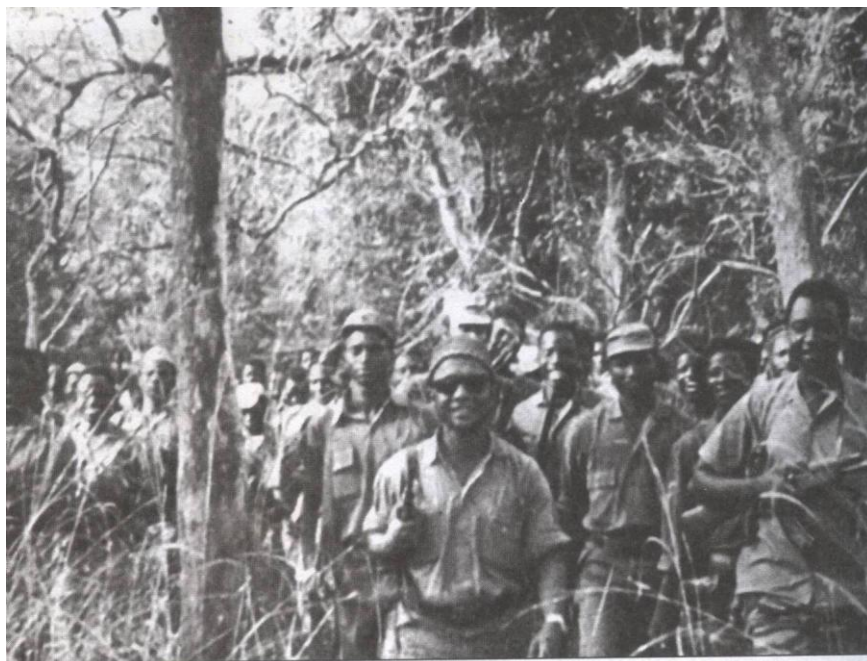
**Fonte:** Livro intitulado « Quem mandou matar Amilcar Cabral? » do Autor  
José Pedro Castanheira, publicado em 1995.

**Foto nº2:** Cabral com os seus colegas durante o estágio do primeiro da Academia Naval da União Soviética ( 1967/ 69).



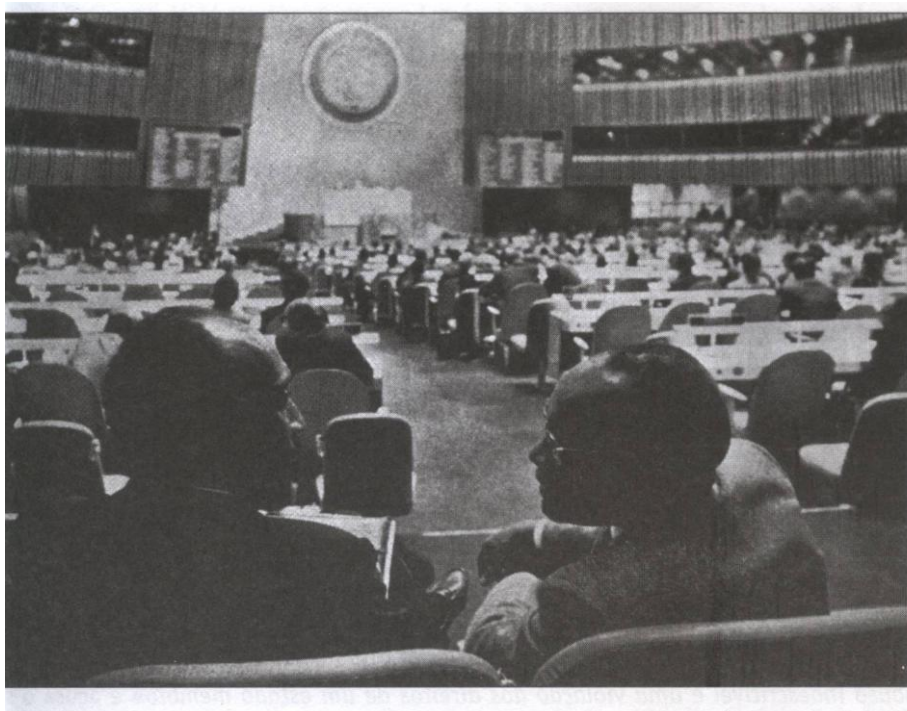
**Fonte:** Livro intitulado « Quem mandou matar Amílcar Cabral? » do Autor José Pedro Castanheira, publicado em 1995.

**Foto nº3:** Cabral numa das suas visitas à frente de combate.



**Fonte:** Livro intitulado « Quem mandou matar Amílcar Cabral? » do Autor José Pedro Castanheira, publicado em 1995.

**Foto nº4:** Amílcar Cabral na sala da Assembleia Geral da ONU, meses antes de ter sido assassinado.



**Fonte:** Livro intitulado «Quem mandou matar Amílcar Cabral?» do Autor José Pedro Castanheira, publicado em 1995.

